

Equidade de gênero exige mudança cultural, afirmam estudiosas em evento do Sindicato

A desconstrução da velha mentalidade que vem definindo arbitrariamente ao longo do tempo os papéis sociais de homens e mulheres – e que coloca o feminino em posição de inferioridade em relação ao sexo oposto – é um dos principais desafios enfrentados pela sociedade na luta pela promoção da equidade de gênero.

Esse foi o centro das questões abordadas pelas professoras da Universidade de Brasília (UnB) Lia Zanotta Machado, do Departamento de Antropologia, e Ana Liesi Thurler, do Departamento de Sociologia, no evento “Avanços e Desafios para a Promoção da Equidade”, promovido pelo Sindicato nesta quinta-feira 5 em homenagem ao Dia Internacional da Mulher (8 de março).

O evento foi aberto pela secretária de Assuntos Parlamentares do Sindicato, Mirian Fochi (que mediu o segundo painel, foto 1, ao centro), que destacou a constante preocupação da entidade em promover iniciativas como essa, que, além de marcarem a data, funcionam como um instrumento a mais para dar visibilidade às ações do movimento sindical bancário na busca por uma sociedade mais justa e igualitária – o que passa necessariamente pela questão de gênero.

Lia Zannota fez um resgate histórico da condição da mulher ao longo dos últimos séculos, com ênfase

no argumento de que está na cultura toda a estrutura que sustenta uma realidade de discriminação, estigmatização e violência contra o sexo feminino. Para ela, houve muitos avanços, mas uma mudança efetiva só acontecerá quando for desconstruída a mentalidade que serve como alicerce a todo esse arcabouço discriminatório.

Zannota defendeu ainda a adoção de políticas públicas como mecanismo de combate às desigualdades de gênero e, aliado a isso, a mobilização de homens e mulheres para reverter esse quadro. “As conquistas não vêm naturalmente”, frisou.

A professora Ana Liesi também lembrou fatos históricos ligados ao movimento das mulheres, abordou iniciativas do movimento sindical no trato com o tema e levantou a mesma tese de que a superação das desigualdades passa por uma postura crítica acerca da estrutura social construída para servir aos interesses dos homens.

BB e Caixa

O segundo painel, mediado pela diretora do Sindicato Mirian Fochi (foto 1), contou com a exposição de representantes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil sobre as ações desenvolvidas nas duas instituições a partir da adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República.

Segundo Roseli Moraes, consultora no gabinete da presidência e coordenadora da Comissão Nacional do Programa Pró-Equidade de Gênero da Caixa, o banco aderiu ao programa em 2005, quando de imediato foi instaurada a Comissão. Dois anos depois, foram instauradas as Comissões Provisórias Pró-Equidade de Gênero e ocorreram a eleição e posse dos integrantes dessas instâncias.

Uma das ações de destaque da Caixa foi a publicação e a distribuição da cartilha “Refletindo sobre a equi-

dade de gênero” a todos os empregados. O instrumento, disponível hoje na Universidade Corporativa Caixa na intranet, tem servido de incentivo à reflexão sobre a equidade de gênero.

Dentre as iniciativas que fazem parte do programa no Banco do Brasil, conforme destacou a diretora de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental, Izabela Campos Alcântara Lemos, estão a inclusão do tema equidade de gênero na formação dos gestores, por intermédio do Programa Diálogos, de Desenvolvimento de Competências Gerenciais.

Além disso, o banco realizou pesquisa para diagnosticar as causas e possíveis barreiras que interferem no processo de ascensão profissional de mulheres no BB.

O evento foi encerrado com um coquetel, ao som da apresentação do grupo Nós, Negras.



Ligue 180



Este é o telefone da Central de Atendimento à Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República. Funciona 24 horas por dia, de segunda a domingo, inclusive feriados. A ligação é gratuita e o atendimento é de âmbito nacional.

A Central funciona com atendentes capacitadas em questões de gênero, nas políticas do

Governo Federal para as mulheres, nas orientações sobre o enfrentamento à violência contra a mulher e, principalmente, na forma de receber a denúncia e acolher as mulheres. Utilizam um banco de dados com mais de 260 perguntas e respostas elaboradas com base nas informações disponíveis na SPM e em todas as denúncias já recebidas por sua Ouvidoria.

Cineclube especial para mulheres

O Cineclube Bancário está de volta. E no mês da reestreia, uma programação toda especial em homenagem às mulheres. Confira a lista completa das exhibições do mês em www.bancariosdf.com.br. Mais informações na Secretaria de Cultura do Sindicato pelo fone 3262-9090.

História do Dia Internacional da Mulher

Marcos das Conquistas das Mulheres na História

1788

O político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres

1840

Lucrécia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos

1859

Surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres

1862

Durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia

1865

Na Alemanha, Louise Otto, cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs

1866

No Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas

1869

É criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres

1870

Na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de Medicina.

1874

Criada no Japão a primeira escola normal para moças

1878

Criada na Rússia uma Universidade Feminina

1901

O deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres

No Dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o “Dia Internacional da Mulher”, em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

À luta

Várias pesquisas mostram que as mulheres são as maiores vítimas do assédio moral no trabalho. Educadas para serem “mais dóceis” e “frágeis”, elas adoecem mais do que os homens diante da violência organizacional, que exige resultados absurdos e impõe humilhação como estratégia para elevar a produtividade das trabalhadoras.

Mulheres, trabalho não é lugar de sofrimento! Precisamos denunciar os abusos, ser solidárias com as companheiras vítimas de assédio e exigir melhorias na legislação.

É preciso lembrar que os avanços no mundo do trabalho foram conquistados por meio de campanhas, piquetes e lutas das trabalhadoras. Se hoje as mulheres desempenham liderança, há

alguns anos elas necessitavam de autorização do pai ou do marido para se candidatar a um emprego.

Somente com a Lei 7.855, de 1989, há 19 anos, essa interferência do homem no contrato de trabalho da mulher foi revogada da CLT. Em 1988, a Constituição Federal eliminou, formalmente, toda discriminação que pudesse restringir o acesso da mulher ao trabalho.

Hoje, vários municípios adotam a licença-maternidade de seis meses. Mas apenas em 1995 foi eliminada a exigência de exames de esterilização ou estado de gravidez para contratação.

Temos uma longa luta pela frente para podermos consolidar nossas carreiras sem comprometer a saúde e sem prejuízo para nossas vidas em família ou na sociedade.

ENTREVISTA



A bancária Erika Kokay, ex-presidenta do Sindicato e atual líder do PT na Câmara Distrital, faz resgate histórico da luta da mulher e fala dos desafios de hoje para a superação das desigualdades.

Informativo Bancário - Próximo já de completar uma década do século 21, quais bandeiras da causa feminina perduram e no que ainda é preciso avançar?

Erika Kokay - O ser humano só se reconhece como tal se for sujeito de sua própria história e se sentir livre. Por séculos, foi negado às mulheres o direito de serem donas de suas próprias histórias. As mulheres podiam ser castigadas, passavam das mãos dos pais para as dos maridos, não tinham direito ao

Sobre a dor e delícia de ser mulher

voto, ao emprego. A igualdade de direitos de voto para homens e mulheres só foi alcançada em 1946. Até os anos 40, havia no Brasil um decreto que só permitia às mulheres praticar esportes autorizados e considerados adequados à sua "condição feminina". Seu desejo não podia ser revelado. O patriarcalismo, portanto, atravessou séculos, mas persiste e tem suas expressões na política, no trabalho, no dia-a-dia. A mulher tem conquistado seu espaço em nossa sociedade, mas ainda nos deparamos com uma realidade onde dois terços dos pobres de todo o mundo são mulheres; de cada três mulheres, uma é sobrevivente da violência doméstica; dois terços das pessoas fora da escola são mulheres... E tem ainda a discriminação que não é medida, a ditadura da perfeição. Ou seja, se uma mulher ocupa um espaço tradicionalmente considerado masculino, ela não pode errar. Vemos isso no trânsito, vemos isso quando uma mulher ocupa cargos majoritários, políticos. No DF, as mulheres correspondem a 52% da população, mas, dos 24 deputados distritais, apenas três são mulheres.

IB - Como essa desigualdade se reflete no mercado de trabalho?

Erika - Sabemos que 30% dos lares são sustentados economicamente por mulheres, mas 78% das atividades domésticas são exclusivamente femininas, o que implica na dupla e na tripla jornada

de trabalho. É como se a sociedade nos dissesse: 'você pode trabalhar e estudar, mas seu filho não pode adoecer, a casa deve estar limpa e impecável...'. Isso segue a égide da ditadura da perfeição. Devemos desconstruir essa realidade, compartilhando as tarefas domésticas, a educação dos filhos. Quando eu presidia o Sindicato dos Bancários, incluímos creches em todas as atividades para que as mulheres participassem, pois percebemos que os homens eram maioria nas assembleias. Tudo isso é fruto de séculos de sexismo.

IB - Como você avalia a participação feminina no movimento sindical?

Erika - Em todos esses anos, fui a única mulher a presidir o Sindicato dos Bancários. As mulheres representam 50% dessa categoria, mas, para participar, durante anos tivemos que esconder nossas características femininas. Era praticamente obrigatório o uso do uniforme tênis, calça jeans e camiseta. A companheira Ana Liesi foi a primeira mulher a fazer concurso para o Banco do Brasil - até os anos 70, só homens podiam concorrer a uma vaga. Ela precisou entrar na Justiça do Rio Grande do Sul para ter o direito de fazer o concurso. Até hoje é uma grande construtora da equidade de gênero entre os bancários. Hoje, lutamos pelo microfone, pela caneta e pelo batom. Lutamos para galgar todos os espaços,

públicos e particulares, que não podem ser negados ao ser humano.

IB - A intervenção política da mulher representa disputa de poder com o homem?

Érika - A mulher luta pelo poder, mas não contra os homens. Nossa luta é para sermos nós mesmas, decidir a própria vida e organizar os próprios passos. Para isso, precisamos de políticas públicas com recorte de gênero; que bancos e empresas tenham equidade de gênero, o que não se resolverá por si mesmo; precisamos nos apropriar das conquistas alcançadas até agora, como o voto, a Lei Maria da Penha... Todas essas conquistas foram frutos de muita luta. Por trás da Lei Maria da Penha, por exemplo, há muita luta, muita dor e muita esperança. O próprio 8 de Março foi assim construído. Em nossa experiência de seis anos como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, percebemos que ainda há muita dor em ser mulher. São inúmeros casos de violência doméstica. Recentemente, tivemos que encaminhar duas mulheres para o programa federal de proteção a vítimas e testemunhas para que elas pudessem preservar suas vidas, ameaçadas que estavam por seus ex-maridos. Mas, na dor e na delícia de ser mulher, não tenho dúvida de que a delícia superará a dor em todas as formas de discriminação.

MERCADO DE TRABALHO

Cresce abismo entre mulheres e homens no DF, aponta Dieese

Apesar da elevada participação feminina no mercado de trabalho do DF, que registrou movimento ascendente em 1,3% entre 2007 e 2008, cresceu o abismo entre as mulheres e os homens. A queda da taxa de desemprego foi maior entre eles - de 20,2%, em 2003, para 13,4%, em 2008 - do que entre elas (variação de 5,9 pontos percentuais, passando de 25,7%, em 2003, para 19,8% no ano passado). Esse descompasso resultou, em 2008, na maior diferença relativa entre as taxas de desemprego masculina e feminina desde o início da série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego, em 1992.

Este foi um dos principais re-

sultados do estudo elaborado pelo Dieese e pela Seade, divulgado na quarta-feira, dia 4, que apontou ainda o aumento da distância salarial entre os dois sexos. Em 2007, as mulheres ganhavam, em média, 76,9% do salário dos homens; já em 2008, esse índice caiu para 76,5%.

A boa notícia é que a pesquisa mostra que as brasileiras são as mais bem pagas em relação ao restante do país. No DF, a média paga às trabalhadoras é de R\$ 8,36 por hora, enquanto na cidade do Recife é de R\$ 3,44, e em São Paulo é de R\$ 5,76, por exemplo. Confira em www.bancariosdf.com.br o estudo completo do Dieese.

Futuros pais também devem ter estabilidade no emprego

Neste período especial de comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, ganha espaço também nos debates a reivindicação de estabilidade no emprego a futuros pais, a exemplo da que é assegurada às mulheres no período da gravidez e logo após o nascimento dos filhos.

O destaque dado a esse assunto visa envolver homens e mulheres na mobilização em torno de um projeto de lei em tramitação do Congresso Nacional, o PL 3829, pelo qual o pleito em questão seria atendido. A autoria do projeto é do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que presidiu a Câmara dos Deputados até o início deste ano. A proposta foi apresentada em 1997,

portando, há 12 anos. A responsabilidade por ainda não ter saído do papel é atribuída ao lobby dos empresários e à ação dos partidos refratários às causas populares.

Para Mirian Fochi, diretora do Sindicato, "essa é uma reivindicação que diz respeito a toda a família, porque, ao trazer segurança aos pais, garante também tranquilidade às mães e aos filhos, com reflexos na saúde e no bem-estar de todos".

O Sindicato estará plenamente engajado nessa luta. Mirian propõe aos bancários e bancárias que enviem e-mail e estabeleçam outras formas de contato com os congressistas, cobrando prioridade e respaldo ao PL 3829.

Um bilhão de mulheres no aconchego do lar

Enquanto a violência das ruas e o crime organizado são temas de muitas discussões cotidianas em todo o planeta, a violência dentro da estrutura familiar é ainda quase que intocável. Protegida que está sob o manto do silêncio no "aconchego" do lar, a violência doméstica não tem fronteiras, princípios ou leis; não tem cor, raça ou classe.

Um bilhão de mulheres no mundo já foi vítima de violência de gênero, cometida por seus parceiros. É por isso que mais do que doenças como o câncer de mama e de útero, mais do que a Aids e seu crescimento entre as mulheres, mais do que a desigualdade de salários, o que mais preocupa as mulheres, segundo pesquisa CFEMEA, é a violência doméstica e a violência fora de casa (assédio sexual).

A cidadania em sua essência é composta de quatro dimensões: a social; a econômica; a educacional e a existencial.

No que se refere à cidadania existencial, especificamente no caso das mulheres, os dados da violência continuam alarmantes, impedindo as suas vítimas do pleno exercício da cidadania, além do desprezo aos direitos e garantias individuais.

A violência de gênero ocorre diariamente em toda parte e em todos os países, mesmo havendo mecanismos constitucionais de proteção aos direitos humanos e/ou mecanismos legais.

Consolidados ao longo da história e reforçados pela ideologia patriarcalista, os papéis designados às mulheres e aos homens, estabelecem relações violentas entre os sexos, indicando que a prática da violência doméstica não é fruto da natureza, e sim, do processo de

socialização. Logo, a natureza não é responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. Os costumes, a educação, os meios de comunicação, recriam, criam e preservam estereótipos reforçando a idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres.

Estudiosos afirmam que a prática da violência doméstica e sexual surge nas situações em que uma ou ambas as partes envolvidas em um relacionamento não cumprem os papéis e funções de gênero imaginadas como naturais pelo parceiro.

As vozes silenciadas é que permitem comportamento que reforçam a violência, como por exemplo, os sacerdotes católicos da Croácia quando aconselham as mulheres que sofrem maus-tratos de seus maridos a se resignarem, pois, caso contrário, cometeriam um pecado.

Um bilhão de mulheres, ou uma em cada três do planeta, já foram espancadas, forçadas a ter

relações sexuais ou submetidas a algum outro tipo de abuso.

Na França, 06 mulheres morrem por mês em consequência da violência doméstica. No Brasil, em Pernambuco, antes de terminar o segundo mês deste ano 2008, 39 mulheres foram assassinadas. No Rio de Janeiro, em 2006, foram notificados 36 mil casos de agressão à mulher. Em 2007, na Espanha, 72 mulheres morreram vítimas da violência doméstica. Na Guatemala, 497 mulheres foram assassinadas em 2004. Os números diminuíram pouco nos últimos 03 anos.

Na América Latina e Caribe, se pegarmos 10 mulheres maiores de quinze anos em cada país, veremos que quatro peruanas e quatro nicaraguenses sofrem violência física de seus companheiros; no México, três mulheres são vítimas de violência psicológica e duas de violência econômica; três brasileiras de violência física extrema e duas haitianas de violência física. Entre 1990 e 2007, mais de 900 mulheres chilenas foram assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros. No Uruguai, uma mulher morre a cada nove dias, vi-

tima de violência doméstica. A violência também vai ao mesmo ritmo na Bahamas; na Costa Rica; em El Salvador; em Porto Rico, etc.

Em um contexto de desigualdades e discriminações, a violência de gênero é sem dúvida uma violação sistêmica e sistemática dos direitos humanos e um obstáculo ao desenvolvimento econômico; social e democrático em todos os países.

Data mundialmente reconhecida desde 1975, pela ONU, como dia internacional da mulher, o oito de março é sempre um momento para refletir o quanto a humanidade evoluiu desde 1911, quando nossas companheiras foram queimadas na fábrica em Nova Iorque.

Eu proponho aos homens que nesta data além de dar flores ou outros mimos em recordação ao dia, reflitam sobre que mundo queremos e estamos construindo para o futuro.

Qualquer mudança de rumo começa dentro de nós mesmos!

Neide Aparecida Fonseca

Presidenta da UNI AMÉRICAS MULHERES

Diretora da Contraf-CUT



Ilustração: Valdo Virgo



INFORMATIVO
bancário



Sindicato dos Bancários de Brasília

Presidente Rodrigo Lopes Britto (presidencia@bancariosdf.com.br) **Secretário de Imprensa** Antonio Eustáquio

Jornalista responsável Evando Peixoto **Redação** Renato Alves **Diagramação** Valdo Virgo

Fotografia Agnaldo Azevedo **Sede** EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones (61) 3262-9090 (geral) (61) 3346-2210 (imprensa) Fax (61) 3346-8822

Endereço eletrônico www.bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br **Tiragem** 18 mil exemplares

Distribuição gratuita Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF